



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Estudo Técnico Preliminar 5/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.011579.2020-56

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a aquisição de recarga de extintores de incêndio com fornecimento de material, teste hidrostático e reposição de peças, além da aquisição de material de sinalização de emergência em geral e de demais materiais que compõem os sistemas de combate a incêndio, para fins de atendimento às necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n.º 40, de 22 de maio de 2020.

3. Referência Legal

3.1. Aplicam-se à contratação proposta, os seguintes marcos normativos:

3.1.1. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.2. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.3. Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.1.4. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei

n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;

3.1.5. Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.1.6. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

3.1.7. Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.1.8. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

3.1.9. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

3.1.10. Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

3.1.11. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.1.13. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.1.14. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

4. Descrição da necessidade

4.1. A aquisição dos materiais objeto da presente contratação se justifica face o interesse público presente na aquisição de recarga de extintores de incêndio com

fornecimento de material, teste hidrostático e reposição de peças, além da aquisição de material de sinalização de emergência em geral e de demais materiais que compõem o sistema de combate a incêndio para manutenção dos sistemas de combate e prevenção de incêndio, considerando as necessidades e o aumento das demandas das realizações dos serviços na unidade, visando também à segurança dos servidores e usuários em caso de incêndio.

4.2. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público e mantê-lo funcionando adequadamente para atender as atividades afins.

4.3. Os quantitativos previstos foram estimados com base na expectativa média de consumo, para fins de atendimento à necessidade atual da estrutura da unidade administrativa e acadêmica do IFPB - Reitoria, e ao público em geral que transita por suas instalações.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais	MARCOS ANTONIO MARQUES
Diretoria de Manutenção e Logística	JOÃO MIGUEL NETO

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1.O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

6.1.2.Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

6.1.3.Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto n.º 7.746, de 05 /06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

6.1.4. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

6.1.5. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

6.1.6. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

6.1.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.1.8. A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento;

6.1.9. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6.1.10. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

6.1.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido

7.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

7.3. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução proposta envolve a aquisição de recarga de extintores de incêndio com fornecimento de material, teste hidrostático e reposição de peças, além da aquisição de material de sinalização de emergência em geral e de demais materiais que compõem os sistemas de combate a incêndio, para fins de atendimento às necessidades institucionais, proporcionando uma melhoria no ambiente de trabalho nas dependências das unidades, permitindo ao público interno e externo condições mínimas de conforto e segurança.

8.2. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, a atribuição de fornecer:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	229805	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo ÁGUA PRESSURIZADA, capacidade cilindro: 10 litros, aplicação: carga para extintor de incêndio, características adicionais: água com pressurização de nitrogênio, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.	UND	72
2	269330	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo GÁS CARBÔNICO (CO ₂), capacidade carga: 6 kg, características adicionais: mecânica, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e	UND	42

		devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.		
3	239933	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo PÓ QUÍMICO SECO, capacidade carga: 8 kg, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.	UND	68
4	236545	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo PÓ QUÍMICO SECO, capacidade carga: 4 kg, características adicionais: com ampola, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.	UND	4
5	269328	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo PÓ QUÍMICO SECO, capacidade carga: 6 kg BC, características adicionais: mecânica, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de	UND	5

		Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.		
6	236540	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo PÓ QUÍMICO SECO, capacidade carga: 6 kg ABC, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.	UND	10
7	237158	RECARGA EXTINTOR - Inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, incluindo recarga e teste hidrostático, conforme a necessidade, de extintor, do tipo PÓ QUÍMICO SECO, capacidade carga: 12 kg, em conformidade com as normas do INMETRO, ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação vigente, com retirada e devolução no local sede da Unidade Contratante e expedição de Laudo detalhado.	UND	1
8	396042	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO - material: PVC, comprimento: 20 cm, altura: 20 cm, acabamento superficial: fotoluminescente, aplicação: sinalização de extintor, características adicionais 1: extintor de incêndio tipo água, norma ABNT.	UND	63

9	396043	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO - material: PVC, comprimento: 20 cm, altura: 20 cm, acabamento superficial: fotoluminescente, aplicação: sinalização de extintor, características adicionais 1: extintor de incêndio tipo CO2, norma ABNT	UND	32
10	396041	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO - material: PVC, comprimento: 20 cm, altura: 20 cm, acabamento superficial: fotoluminescente, aplicação: sinalização de extintor, características adicionais 1: extintor de incêndio tipo pó químico seco (PQS), norma ABNT	UND	62
11	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Indicação de sentido a Esquerda - Código S7 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
12	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Indicação de sentido a Direita - Código S6 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
		PLACA DE SINALIZAÇÃO DE		

13	383718	EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Escada de Emergência" - Indicação de sentido a Direita - Código S8 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
14	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Escada de Emergência" - Indicação de sentido a Esquerda - Código S9 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
15	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Indicação de sentido do acesso a uma saída - Código S3 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
16	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Indicação de sentido a Esquerda - Código S2 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
		PLACA DE SINALIZAÇÃO DE		

17	383718	EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Indicação de sentido a Direita - Código S1 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	32
18	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 30x15 cm, de fundo verde, pictograma fotoluminescente do tipo "Saída de Emergência" - Mensagem "Saída" - Código S12 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	22
19	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - retangular, Medida: 15 x 20 cm, de fundo vermelho, pictograma fotoluminescente do tipo "Comando Manual de Alarme" - Ponto de Acionamento de Alarme - Código E2 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	12
20	383718	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - quadrado, Medida: 20 x 20 cm, de fundo vermelho, pictograma fotoluminescente do tipo "Alarme Sonoro" - Indicação do Local de Acionamento do Alarme de Incêndio - Código E1 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	12
		PLACA DE SINALIZAÇÃO DE		

21	383718	EMERGÊNCIA - quadrado, Medida: 20 x 20 cm, de fundo vermelho, pictograma fotoluminescente do tipo "Abrigo de Mangueira e Hidrante" - Indicação do Abrigo da Mangueira de Incêndio com ou sem Hidrante no seu interior - Código E7 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	30
22	383718	ADESIVO DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA - quadrado (dimensões: 1,00m x 1,00m), de fundo vermelho (dimensões: 0,70 m x 0,70 m, Bordas na cor Amarela - "Sinalização de Solo para Equipamentos de Combate a Incêndio" - Indicação de Localização de Equipamentos de Combate a Incêndio e Alarme para Evitar a sua Obstrução - Código E17 - CPMPB (Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba).	UND	151
23	442250	ADESIVO DE MARCAÇÃO DE SOLO - Fita adesiva, Material Vinil, Tipo Monoface, Largura 50 mm, Comprimento 30 m, Cor: Vermelha, Aplicação Sinalização de Solo.	Rolo com 30 Metros	10
24	220074	MANGUEIRA DE COMBATE À INCÊNDIO - material 100% em fio de poliéster, revestimento interno borracha vulcanizada, comprimento 15 m, diâmetro 1 1/2 pol, pressão prova 21 kgf/cm ² , pressão ruptura 35 kgf/cm ² , cor branca, normas técnicas ABNT NBR 11861, características adicionais	UND	10

		tipo 1 e conexões em latão tipo storz.		
25	335814	ESGUICHO - material corpo bronze fundido, material cabeçote bronze fundido, diâmetro conexão entrada 1 1/2 pol, aplicação mangueira combate incêndio, características adicionais conexão engate rápido com funcionamento em 3 posições.	UND	10
26	358095	TAMPÃO CONEXÃO - material latão de alta resistência galvanizado, tipo conexão storz, diâmetro 2 1/2 pol, uso instalação combate a incêndio, posição rosca externa.	UND	5

8.3. No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

8.4. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidade foram levantadas, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

- i. O histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
- iii. As estruturas prediais disponíveis com estudo dos ambientes ocupados;
- iv. Quantidade de extintores existentes junto às unidades administrativas e acadêmicas;

v. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

9.2. As estimativas de consumo individualizadas, encontram-se consignadas na tabela constante no item 8.2. do presente Estudo Técnico Preliminar.

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020;

10.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 41.132,39 (quarenta e um mil, cento e trinta e dois reais e trinta e nove centavos)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

10.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

10.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos

especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

10.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos I, II e III, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

10.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.2. Desta forma, o objeto da presente contratação será dividido em itens e em grupos, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, assim como, quantos aos grupos que forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem, haja vista, encontrar-se comprovada técnica e economicamente viável tal desdobramento do objeto, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025, consignados nos pontos a seguir:

13.1.2. Fatores Críticos de Sucesso

- I. Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo, recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência) e locomoção entre os Campi e prédios da Reitoria;
- II. Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

13.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2021, em conformidade com às disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

14. Resultados Pretendidos

14.1. Com esta contratação, pretende-se assegurar a melhoria das condições de trabalho, visando garantir maior segurança aos servidores, colaboradores e visitantes nas dependências das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

14.2. Com a presente contratação a instituição almeja, ainda, alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- i. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;

- ii. Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- iii. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- iv. Maximização dos resultados da governança administrativa;
- v. favorecimento da qualidade de vida saúde e segurança do quadro de colaboradores;
- vi. aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados; etc.

14.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

15.1.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

15.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto de acordo com as especificidades estabelecidas:

15.2.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

15.2.2. Cumpre ressaltar que o IFPB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

15.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

15.3.1. Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente do organização, pois tais adequações não são necessárias.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante o artigo 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

17.2. A aquisição do objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18. Responsáveis

PORTARIA n.º 54/2020 - PRAF/REITORIA/IFPB

MARCOS ANTONIO MARQUES

Membro da Equipe de Planejamento

PORTARIA n.º 54/2020 - PRAF/REITORIA/IFPB

JOÃO MIGUEL NETO

Membro da Equipe de Planejamento